

Heloisa Toller Gomes,

UERJ, PACC | UFRJ.

“A antropologia e os estudos históricos confirmam a complexidade cultural inerente à Amazônia antes da colonização pelo Velho Mundo.” A. Z., p. 46.

“No entanto, o que mais é caro à região é sua biodiversidade de fauna e flora, de cultura e povos.” A.Z., p. 127.

A leitura de *Porto Velho: Do Inferno Verde ao Inferno Urbano*, de Aparecida Zuin, é uma experiência de desbravamento, de aventura. Refiro-me a desbravamento, não no sentido usual que pode sugerir a exploração de florestas, matas, regiões inóspitas do planeta. Refiro-me, sim, à aventura do saber que abre horizontes, no contacto com uma pesquisa tão vigorosa em seu rigor acadêmico quanto apaixonada em seu empenho.

O livro baseia-se em diversificada bibliografia de apoio que abrange, interdisciplinarmente, a história, a antropologia, a sociosemiótica, a literatura, a etnografia, os estudos culturais e urbanos, teorias da globalização e do pós-colonialismo. Assim equipada, Aparecida percorre com segurança o seu objeto de estudo, resultado concreto da pesquisa de pós-doutoramento por ela encetada no Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PACC-RJ), sob a orientação da Professora Ilana Strozenberg.

O foco central da pesquisa é o estado de Rondônia, de 1956 a 1981 Território Federal de Guaporé, na Amazônia Ocidental: em especial, a capital Porto Velho, cidade complexa – de “inferno verde” a “inferno urbano”, escreve, provocativamente, Aparecida em seu título. Apesar do fortíssimo influxo populacional, brasileiro e internacional, que acometeu a região desde inícios do século XX (época correspondente à construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, no auge do ciclo da borracha, que resultou na fundação da futura capital), o estado de Rondônia é ainda hoje mal conhecido por brasileiros de outras áreas do país.

Na verdade, a Amazônia e seu imenso território foram, desde os períodos colonial e monárquico, tão desconhecidos quanto cobiçados: a Amazônia, com sua impressionante concentração de reservas naturais, sua impactante rede fluvial, sua diversidade populacional e culturas milenares – compondo grande parte daquela “realidade descomunal” de que falou Gabriel Garcia Márquez, referindo-se à América Latina. A Amazônia (brasileira e também colombiana, equatoriana, boliviana, peruana, venezuelana, guianense) é, sem dúvida, a mais descomunal das regiões equatoriais e a “última fronteira” a ser explorada e habitada – ao menos, segundo um dos mitos fundantes que Aparecida, em sua análise, descreve e desconstrói.

Outros mitos correlatos sobre a constituição do espaço amazônico e seu povoamento, como os da “Terra sem Lei” e do “Vazio Demográfico” – este último defendido pelos conquistadores do século XVIII – patenteiam formações discursivas indiferentes (e, no entanto, primordialmente temerosas!) com relação às populações nativas. Rondônia e Porto Velho (emblemáticas, nesse sentido, da Amazônia em

sua totalidade) são miticamente vistas como “lugares sem identidade”. Sempre com o olhar ocidentalizante: a presença do homem tende a ser considerada e valorizada apenas a partir da chegada e do registro dos europeus. Em suma, a ocupação e a colonização sublinham a suposta “disponibilidade” dessas “Terras de Ninguém”.

A própria existência das populações nativas – que, segundo recentes estatísticas da FUNAI, compreendem hoje 215 etnias – foi, desde sempre, desdenhada, suas organizações sociais menosprezadas, sua contribuição cultural peremptoriamente negada, a não ser pelo veio do “exótico”. Desrespeitada quase em termos absolutos até, pelo menos, o advento da etnologia, no espectro do desenvolvimento das modernas ciências sociais.

“Os mitos que surgiram durante o estágio de conquista dos europeus: mito das Amazonas, do nativo, do vazio demográfico, do espaço homogêneo e outros deixaram características marcantes que ainda hoje afetam de modo positivo ou negativo o imaginário coletivo”, sublinha Aparecida, que sintetiza: “Muitas ações desenvolvimentistas se fundem nos mitos passados e a região continua a exercer o mesmo fascínio sobre os povos”. (p.127)

A escrita fluente da autora percorre e diseca o emaranhado discursivo, em sua densa carga simbólica, que nutre o imaginário da região – inclusive, a partir dos mitos forjados hoje: como o “mito do poder econômico”, na febre de construções de complexos hidrelétricos (Santo Antônio e Jirau), mostrando como Porto Velho “quer-saber-fazer, quer-ser-vista” (p.77). O alvo, caracterizar Porto Velho como o “Eldorado do Norte”, que almeja o supremo valor moderno da nação, o desenvolvimento, no tratamento idealizado dos discursos midiáticos.

Nas narrativas sobre o local, Porto Velho é em geral construída como lugar avesso ao real, sendo desde a sua constituição fadada ao mito do diabólico ou fantasmagórico (Ferrovia do Diabo, Botas do Diabo, etc.). Esta é uma das instigantes hipóteses formuladas por Aparecida. Em contraponto a concepções e narrações fantasiosas, a pesquisadora apresenta um rico material iconográfico – fotos, ilustrações, mapas, gráficos, notícias e charges de jornais rondonianos, quadros e tabelas de estatísticas, em suma, informes relativos a dados populacionais, saúde das populações, problemas de trânsito e eco-sistema fornecendo, assim, fundamentos seguros a seu próprio discurso e substancial fonte de informação ao leitor.

O livro de Aparecida Zuin constitui uma contribuição intelectual que transcende o universo acadêmico em que surge e, certamente, atrairá o público leitor interessado em visões atualizadas, consistentes, da chamada realidade brasileira. A ressaltar, a articulação sóbria, precisa e criativa da pesquisa ao pensamento sociocultural e literário, nacional e estrangeiro, com o qual dialoga. Sempre no viés da Cultura da Floresta Tropical, lembrando Márcio Souza.

Trata-se de uma obra que investe na re-elaboração, desconstrução e exame dos discursos míticos amazônicos em seu entrelaçamento aos discursos políticos, governamentais, midiáticos e de diversas outras ordens de “invenção da Amazônia”. Assim também na denúncia de euforias desenvolvimentistas que geram crescimentos desordenados, males sociais e uma cultura da violência, na contramão da efetiva paz e segurança social.

*Porto Velho: Do Inferno Verde ao Inferno Urbano* se destaca, sobretudo, pela afirmação abalizada – explícita ou latente, da primeira à última página – de princípios éticos afins àqueles defendidos pelas populações nativas: a visão da terra, não pela posse e acúmulo material, mas como lugar único, privilegiado, do sustento e da sobrevivência. Nas palavras definitivas da autora, “terra de homens e mulheres é lugar das instituições sociais, dos bens da natureza, da prática da solidariedade, da biosfera.”